

Relatório da Administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No primeiro semestre de 2021 a Filial apresentou um prejuízo líquido de R\$ 18 milhões, *versus* um prejuízo líquido de R\$ 1,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2020. A variação no período reflete, principalmente, a diminuição no resultado da intermediação financeira e aumento nas despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Devido ao fechamento das operações da Filial de São Paulo, mencionada na nota explicativa nº 1, e que está em conformidade com o parágrafo 2º, art. 5º da Circular 3.068, houve reclassificação de títulos

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Ativo	Passivo		
	Nota	Jun/21	Dez/20
Caixa e equivalentes de caixa		1.823.095	6.068.476
Disponibilidades	5	48.783	106.057
Aplicações financeiras de liquidez		1.774.312	5.962.419
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		907.209	1.497.881
Carteira própria		619.898	770.143
Vinculados à prestação de garantias	6	29.157	28.804
Instrumentos financeiros derivativos	7	258.154	698.934
Relações interfinanceiras		598	470
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central do Brasil		544	389
Correspondentes		54	81
Operações de crédito	8	180.574	784.339
Operações de crédito - setor privado		151.191	459.106
Financiamentos - setor privado		29.383	328.925
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (-)		-	(3.692)
Outros créditos		10.173.896	22.313.364
Carteira de câmbio	9	10.163.123	22.228.467
Rendas a receber		3.485	4.684
Negociação e intermediação de valores		-	1.203
Diversos	10	303.932	315.243
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Outros créditos) (-)		8 (296.644)	(236.233)
Outros valores e bens		277	147
Despesas antecipadas		277	147
Ativo fiscal diferido		105.038	70.191
Investimentos		65	65
Outros investimentos		65	65
Imobilizado de uso		3.292	4.612
Outras imobilizações de uso		4.795	6.361
(-) Depreciações acumuladas		(1.503)	(1.749)
Intangível		2.540	2.944
Ativos intangíveis		4.183	4.279
(-) Amortização acumulada		(1.643)	(1.335)
Total do ativo		13.196.584	30.742.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Eventos	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Legal	Reserva de lucros Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	458.260	31.575	4.550	40.511	132.931	-	-	667.827
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	(1.546)	(1.546)
Aumento de capital	31.575	(31.575)	-	-	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	126	-	-	-	-	126
Saldos em 30 de junho de 2020	489.835	-	4.676	40.511	132.931	-	(1.546)	666.407
Saldos em 31 de dezembro de 2020	489.835	-	4.818	40.511	-	-	(31.695)	503.469
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(1.500)	-	(18.059)
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 6)	-	-	-	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Outras reservas	-	-	232	-	-	-	-	232
Saldos em 30 de junho de 2021	489.835	-	5.050	40.511	-	(1.500)	(49.754)	484.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

No comunicado à imprensa feito pelo ING Group no dia 05 de novembro de 2020, foram anunciadas atualizações da estratégia *Think Forward* para o segmento de *Wholesale Banking*, que incluiu o fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido. A Filial de São Paulo comunicou aos reguladores e os colaboradores, o início do processo de avaliação para o encerramento das atividades, que será realizado em conformidade com os requerimentos necessários.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional do ING Bank N.V (Filial de São Paulo) que, no entanto, encontra-se em um processo de avaliação para encerramento das atividades, conforme descrito acima, que é esperado para ser concluído até 2023.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consultanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários (incluindo a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável, quando aplicável), instrumentos financeiros derivativos e crédito tributário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Banco divulgou suas demonstrações financeiras, em linha com a Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalente de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2021 o Banco não possuía títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do BACEN, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *“hedge”* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 30 de junho de 2021 e 2020, a Filial possuía instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

- Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de *“hedge”* são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2021 e 2020, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolvem premissas e julgamentos da Administração baseados em metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa quanto a essas perdas.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegotiações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na Nota 8b.

no valor de R\$ 619.898, de mantidos até o vencimento para a categoria de disponíveis para venda no primeiro semestre de 2021. Em função desta transferência de categorias, foram reconhecidas perdas do ajuste a valor de mercado no valor de R\$ 1.500 líquido de impostos, em componente destacado do patrimônio líquido.

Índice de Basileia

A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com as direttrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 24,49% (18,03% em 2020).

Gerenciamento de riscos

A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios

das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.90/19 e Resolução BCB 54 de 16/12/2020, ambas do BACEN, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na *internet*, no <https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil>.

Agradecimentos

A Filial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

A **Diretoria**

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre		Semestre
	Nota	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		311.574	3.695.573
Operações de crédito		10.826	230.473
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		56.959	353.371
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	1.028.348
Resultado de operações de câmbio		243.789	2.083.381
Despesas de intermediação financeira		(328.539)	(3.666.191)
Operações de captação no mercado		(13.402)	(65.116)
Operações de empréstimos e repasses		(212.890)	(3.609.918)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(45.528)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(56.719)	8.843
Resultado bruto da intermediação financeira		(16.965)	29.382
Outras receitas/despesas operacionais		(34.085)	(29.500)
Receitas de prestação de serviços		29.975	34.119
Despesas de pessoal		(32.379)	(34.285)
Outras despesas administrativas	22	(25.846)	(28.227)
Despesas tributárias		(12.747)	(15.493)
Outras receitas operacionais	23,d	12.616	15.769
Outras despesas operacionais	23,e	(5.704)	(1.283)
Resultado operacional		(51.050)	(118)
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro/(prejuízo)		(51.050)	(118)
Imposto de renda e contribuição social	20	33.941	24
Provisão para imposto de renda		(1.624)	(12.530)
Provisão para contribuição social		(1.341)	(9.988)
Ativo fiscal diferido		36.906	22.542
Participações estatutárias no lucro/(prejuízo)		(950)	(1.452)
(Prejuízo) líquido do período		(18.059)	(1.546)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre	Semestre
	2021	2020
(Prejuízo) líquido do período	(18.059)	(1.546)
(+/-) Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(18.059)	(1.546)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Semestre	Semestre
	2021	2020
Atividades operacionais		
(Prejuízo) líquido do período	(18.059)	(1.546)
Depreciações e amortizações (nota 22)	647	564
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 8d)	56.719	60.460
Tributos diferidos	(36.506)	(22.542)
Outras reservas	232	123
Variação de ativos e passivos	(4.249.676)	3.463.254
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	590.672	(1.187.920)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(128)	(117)
Redução (Aumento) em operações de crédito	607.457	(16.733)
Redução (Aumento) em outros créditos	12.081.116	(12.689.592)
(Aumento) em outros valores e bens	(130)	(292)
(Redução) Aumento em depósitos	(872.854)	219.876
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	(5.839.652)	5.087.689
(Redução) em relações de interdependências	(152.122)	(19.471)
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(524.214)	972.754
(Redução) Aumento em outras obrigações	(10.139.206)	11.098.021
(Redução) em resultados de exercícos futuros	(615)	(961)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(4.247.043)	3.500.316
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado de uso	1.566	3.286
Alienação (aquisição) de intangível	96	(3.378)
Caixa líquido originado em atividades de investimento	1.662	(92)
(Redução) Aumento nos fluxos de caixa	(4.245.381)	3.500.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	6.068.476	7.490.404
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.823.095	10.990.628
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(4.245.381)	3.500.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

iv. Teste de aderência (Backtest) - A área de Risco de Mercado utiliza o *backtesting* para determinar a aderência ao modelo de VaR, o método constitui em comparar o VaR calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de *PhI*, teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do *backtesting* são compilados e divulgados periodicamente.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do BACEN, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

Área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne periodicamente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou preços divulgados por agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda foram apurados com base no preço de instrumento financeiro semelhante, e levou em consideração o risco de crédito, indexador e prazos de pagamento/vencimento.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

Devido ao fechamento das operações da Filial de São Paulo, mencionada na nota explicativa nº 1, e que está em conformidade com o parágrafo 2º, art. 5º da Circular nº 3.068, houve reclassificação de títulos no valor de R\$ 619.898, de mantidos até o vencimento para a categoria de disponíveis para venda no primeiro semestre de 2021. Em função desta transferência de categorias, foram reconhecidas perdas do ajuste a valor de mercado no valor de R\$ 1.500 líquido de impostos, em componente destacado do patrimônio líquido. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de *"hedger"* de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas operações, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de *"hedger"* de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2021			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado
Instrumentos financeiros derivativos				Custo atualizado
Ativo - negociação				
<i>Swaps</i>				
- Moeda estrangeira	-	21.477	-	21.477
Mercado a termo				19.952
- Moeda estrangeira	67.655	78.389	90.633	236.677
Totais por faixa de vencimento em 2021	67.655	99.866	90.633	258.154
Totais por faixa de vencimento em 2020	258.220	315.729	124.985	698.934

	30/06/2021			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado
Instrumentos financeiros derivativos				Custo atualizado
Passivo - negociação				
<i>Swaps</i>				
- Moeda estrangeira	(40.545)	(11.187)	-	(51.732)
Mercado a termo				(53.764)
- Moeda estrangeira	(73.841)	(60.591)	(21.478)	(155.910)
Outros	(482)	-	-	(482)
Totais por faixa de vencimento em 2021	(114.868)	(71.778)	(21.478)	(208.124)
Totais por faixa de vencimento em 2020	321.887	338.203	72.248	732.338

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	30/06/2021			
	Futuros	Termo	Swap	Hedge
Contratos				Total
Negociação				
- Moeda estrangeira	13.750	3.773.725	623.848	-
- Taxa de juros	5.990.984	-	-	-
Hedge - risco de mercado				
- Taxa de juros	-	-	-	75.378
Total 2021	6.004.734	3.773.725	623.848	75.378
Total 2020	16.152.254	24.066.229	1.287.736	469.896

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 29.157 (R\$ 28.804 em dez/2020), garantidas mediante a vinculação de cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2022. Os itens objeto de *hedge* são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário), proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	30/06/2021	
	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
- Futuros - DI	73.900	75.378
Objeto de hedge		
- Operações de crédito	73.900	73.672

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no período estão demonstrados a seguir:

	30/06/2021		30/06/2020	
	Futuros	Swaps	Termo	Outros
Resultado com derivativos				
Futuros	97.786	9.718		
Swaps	73.531	(430.987)		
Termo	(217.263)	1.450.398		
Outros	418	(781)		
Total	(45.528)	1.028.348		

8 Operações de crédito

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

	30/06/2021		31/12/2020	
	Operações de crédito	Setor privado	Operações de crédito	Setor privado
Indústria	29.383	513.003	17.820	100.036
Comércio	17.820	100.036	133.371	174.992
Outros serviços	180.574	788.031	180.574	788.031

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 228 (R\$ 1.083 em dez/2020).

	30/06/2021		31/12/2020	
	Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)	Setor privado	Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)	Setor privado
Indústria	997.214	1.043.042	586.877	1.899.056
Comércio	586.877	1.899.056	-	375.673
Outros serviços	-	-	-	-
Total	1.584.091	3.317.771	-	-

	30/06/2021		31/12/2020	
	Títulos e créditos a receber (Nota 10)	Setor privado	Títulos e créditos a receber (Nota 10)	Setor privado
Outros serviços	143.144	151.076	143.144	151.076
Total	143.144	151.076	143.144	151.076

b) Concentração das operações de crédito

	30/06/2021		31/12/2020	
	% Carteira	% Carteira	% Carteira	% Carteira
10 maiores emittentes/clientes	1.836.233	96,25	3.199.755	75,17
50 maiores emittentes/clientes	71.576	3,75	1.057.123	24,83
Total	1.907.809	100,00	4.256.878	100,00

c) Nível de risco

	30/06/2021		31/12/2020	
	% 2.682	% 2.682	% 2.682	% 2.682
AA	0%	-	628.403	2.297.763
B	1%	3.877	10.309	387.740
D	10%	66.544	69.398	665.443
F (*)	50%	-	77.048	-
H	100%	226.223	83.170	226.223
Total	296.644	239.925	1.907.809	4.256.878

(*) A provisão do nível F foi constituída sobre 51% do valor da carteira, de acordo com a estimativa efetuada pela área de Risco de Crédito.

d) Vencimento

	30/06/2021		31/12/2020	
	Vencimento	A vencer até 90 dias	Vencimento	A vencer até 90 dias
A vencer até 90 dias	1.176.624	1.554.905	455.314	2.322.208
A vencer de 91 a 360	455.314	2.322.208	49.648	145.522
A vencer acima de 360	275.871	375.673	182.758	226.223
Vencidas até 180	226.223	51.485	1.907.809	4.256.878
Vencidas acima de 180 dias	49.648	145.522	1.907.809	4.256.878

e) Movimentação da provisão

	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão	Saldo inicial	Provisão	Saldo inicial
Saldo inicial	239.925	58.095	163.628	193.670
Constituição	(10.629)	(11.840)	(10.629)	(11.840)
Reversão	(10.629)	(11.840)	(10.629)	(11.840)
Saldo final	296.644	239.925	142.360	169.996

Em 30 de junho de 2021 não existem operações renegociadas (R\$ 234.246 em dez/2020).

Em 30 de junho de 2021 e 2020 não existem créditos recuperados.

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	5.500.859	550.176	13.183.725	2.238.267
Direitos sobre venda de câmbio	4.084.888	-	5.129.248	1.617.784
Rendimentos a receber de adiantamento concedido (nota 8)	27.200	-	59.443	-
Total	9.612.947	550.176	18.372.416	3.856.051
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	3.949.324	-	5.228.689	1.620.725
Obrigações por compra de câmbio	5.645.189	619.397	12.935.724	2.231.654
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8)	(1.556.891)	-	(3.258.328)	-
Total	8.037.622	619.397	14.906.085	3.852.379

10 Outros créditos - Diversos

Créditos diversos	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos a compensar	7.969	4.892	13.018	5.149
Depósitos judiciais (nota 17.d)	9	143.006	9	141.825
Adiantamentos a funcionários e terceiros	1.092	66	516	66
Títulos e créditos a receber (nota 8)	143.144	-	151.076	-
Devedores diversos país	586	3.088	434	3.150
Total	152.800	151.132	165.053	150.190

11 Ativo fiscal diferido

do saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 105.038 (R\$ 70.191 em dez/2020) decorre basicamente de diferenças temporárias, assim consideradas as despesas apropriadas no resultado do período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja exclusão ou compensação fiscal futura encontra-se expressamente prevista na legislação tributária vigente. Essas diferenças temporárias estão, basicamente, representadas pela provisão para perdas associadas ao risco de crédito, estoque a realizar de diferença de curvas no cálculo de derivativos futuros registrados na B3, ajustes a valor de mercado e provisões para contingências fiscais.

a) As movimentações da **base** dos créditos de tributários no semestre findo em 30 de junho de 2021 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	30/06/2021			
	31/12/2020	Adições	Realizações	30/06/2021
Outras provisões temporárias	127.200	70.053	(24.537)	172.716
IR/CS diferido sobre marcação a mercado	28.780	14.737	(6.157)	37.360
Base de cálculo total	155.980	84.790	(30.694)	210.076

b) As movimentações de **realização** de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	30/06/2021			
	31/12/2020	Adições	Realizações	30/06/2021
Outras provisões temporárias	57.239	70.053	(24.539)	102.753
IR/CS diferido sobre marcação a mercado	12.952	14.737	(25.404)	2.285
Total	70.191	84.790	(49.943)	105.038

Não há saldo de provisões temporárias passivas em 30 de junho de 2021 (R\$ 5.660 em dez/2020).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2021 está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	30/06/2021			
	Ano-calendário 2021	Imposto de renda e contribuição social diferido	30/06/2021	105.038
				105.038

Em 30 de junho de 2021, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 102.953 (R\$ 66.890 em dez/2020), calculado com base na taxa média de captação previsto para os respectivos períodos.

Em 30 de junho de 2021, o Banco não possui estoque de créditos tributários não ativado.

12 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	30/06/2021				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	87	-	-	-	87
Depósito interfinanceiros	-	32.000	255.313	-	287.313
Depósito a prazo	-	468.129	35.653	58.617	562.399
Total por faixas de vencimento em jun/21	87	500.129	290.966	58.617	849.799
Total por faixas de vencimento em dez/20	912	911.215	555.399	255.127	1.722.653

13 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 299.600 (US\$ 1.496.705 em dez/2020) que representa R\$ 1.522.699 (R\$ 7.777.032 em dez/2020), a taxa de juros de até 5,02% ao ano e vencimentos até dezembro de 2021, repasses do exterior, no montante de US\$ 113.957 (US\$ 170.765 em dez/20) que representa R\$ 572.224 (R\$ 887.313 em dez/2020), a taxa de juros de até 0,55% (2,56% em dez/2020) ao ano e vencimentos até setembro de 2022 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 150.000 (US\$ 4.000 em dez/2020) que representa R\$ 750.554 (R\$ 20.784 em dez/2020), a taxa de juros de até 2,26% ao ano com vencimentos até dezembro de 2021.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a administração do ING Group, em 05 de novembro de 2020, anunciou continuar as atividades no Brasil do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), e iniciou naquela data o processo de encerramento de sua filial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Ver notas explicativas 3e, 8b e 8e das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas, para fins de mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cujo valor total apresentado nas demonstrações financeiras é de R\$ 296.644 mil, o Banco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio), em nove níveis de risco, levando em consideração dados e premissas dos clientes e das operações, tais como a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores, garantidores e garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas inerentes ao processo para determinação da estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Avaliamos (i), com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para as provisões e (ii) o cálculo aritmético, incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários	
Ver notas explicativas 3c, 3d, 6 e 7 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado nas notas explicativas, os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 258.1534 mil (ativo) e R\$ 208.124 mil (passivo), e os títulos e valores mobiliários totalizam R\$ 649.055 mil. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave implementados pelo Banco para mensuração do valor de mercado e avaliação dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros. Recalculamos, por amostragem, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários	
Ver notas explicativas 3c, 3d, 6 e 7 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Desta forma, devido ao alto nível de julgamento envolvido na mensuração do valor de mercado e na avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável desses instrumentos financeiros, consideramos como um assunto significativo em nossa auditoria.	Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluirmos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
 Contador CRC 1SP214007/O-2